

de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

10 de novembro de 2015. — O Diretor-Geral de Recursos da Defesa Nacional, *Alberto António Rodrigues Coelho*.

209143729

Despacho n.º 13912/2015

1 — Nos termos do disposto nos artigos 44.º a 47.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, e do n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 14 de janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de agosto, e pelas Leis n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 64/2011, de 22 de dezembro, e 68/2013, de 29 de agosto bem como do previsto no artigo 2.º do Decreto Regulamentar n.º 8/2015, de 31 de julho, na Portaria n.º 283/2015, de 15 de setembro, e no Despacho n.º 10967/2015, de 2 de outubro, delego no Diretor de Serviços de Profissionalização do Serviço Militar (DPSM) desta Direção-geral, Tenente-Coronel César Luís Henriques dos Reis, as minhas competências relativas à apreciação e emissão das declarações previstas no n.º 8 do artigo 30.º do Regulamento de Incentivos à Prestação de Serviço Militar nos Regimes de Contrato e de Voluntariado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 320-A/2000, de 15 de dezembro, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Lei n.º 118/2004, de 21 de maio, e 320/2007, de 27 de setembro, e pelas Leis n.ºs 55-A/2010, de 31 de dezembro, e 64-B/2011, de 30 de dezembro, autorizando a respetiva subdelegação no Chefe da Divisão de Incentivos e Reinserção Profissional, Mestre João Fernando Ferreira Rodrigues.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 01 de outubro de 2015, ficando, por este meio, ratificados todos os atos entretanto praticados que se incluam no âmbito desta delegação de competências.

5 de outubro de 2015. — O Diretor-Geral de Recursos da Defesa Nacional, *Alberto António Rodrigues Coelho*.

209122028

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direção-Geral da Administração da Justiça

Despacho n.º 13913/2015

Ao abrigo e nos termos do disposto nos artigos 44.º a 50.º do Código do Procedimento Administrativo e nos n.ºs 2 do artigo 6.º e 2 do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 64/2011, de 22 de dezembro, 68/2013, de 29 de agosto, e 128/2015, de 3 de setembro, determino a alteração do meu despacho de delegação de competências no Licenciado André Filipe Borges Campante Ferreira, Subdiretor-geral da Administração da Justiça, nos seguintes termos:

1 — O Despacho n.º 4341/2015, publicado na 2.ª série do *Diário da República*, n.º 83, de 29 de abril de 2015, alterado pelo Despacho n.º 12112/2015, publicado na 2.ª série do *Diário da República*, n.º 211, de 28 de outubro de 2015, passa a ter a seguinte redação:

- «1 —
- a)
- b)
- c)
- d)
- e)
- f)
- g)
- h)
- i)
- j)
- k)
- l)
- m)
- n)
- o)
- p)
- q)
- r)
- s)
- t)
- u)

- v)
- w)
- x)
- y)
- z)
- aa)
- bb) Autorizar despesas com locação e aquisição de bens e serviços até ao limite de € 99.759,53.»

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 30 de outubro de 2015, ficando por este meio ratificados, em conformidade com o disposto no n.º 3 do artigo 164.º do Código do Procedimento Administrativo, todos os atos praticados pelo Subdiretor-geral da Administração da Justiça, Licenciado André Filipe Borges Campante Ferreira, no âmbito das competências abrangidas por esta delegação.

16 de novembro de 2015. — O Diretor-Geral, *Pedro de Lima Gonçalves*.

209121964

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E ENERGIA

Direção-Geral de Energia e Geologia

Aviso n.º 13842/2015

Faz-se público, nos termos e para efeitos do n.º 3 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 88/90, de 16 de março e do n.º 1 do Decreto-Lei n.º 181/70 de 28 de abril, que Argilis — Extração de Areias, S. A., requereu a atribuição de direitos de exploração de depósitos minerais de caulino, numa área «Eguins», localizada no concelho de Pombal, distrito de Leiria, delimitada pela poligonal cujos vértices se indicam seguidamente, em coordenadas no sistema (European Terrestrial Reference System 1989) PT-TM06/ETRS89:

Área Total do pedido: 136,7531 (ha)

Vértice	X (m)	Y (m)
1	-40500,038	12998,818
2	-39500,051	13348,834
3	-39300,048	13078,840
4	-38320,060	13418,856
5	-38320,070	13938,852
6	-37840,082	14398,858
7	-37560,079	14143,865
8	-37980,063	13418,862
9	-38740,051	13048,851
10	-39200,038	12528,845
11	-39780,040	12848,832
12	-40280,030	12498,826

Convidam-se todos os interessados a apresentar reclamações, por escrito com o devido fundamento, no prazo de 30 dias a contar da data da publicação do presente Aviso.

O pedido está patente para consulta, dentro das horas de expediente, na Direção de Serviços de Minas e Pedreiras da Direção-Geral de Energia e Geologia, sita na Av.ª 5 de Outubro, n.º 208, (ed. Santa Maria), 1069-203 Lisboa, entidade para quem devem ser remetidos as reclamações. O presente aviso e plantas de localização estão também disponíveis na página eletrónica desta Direção-Geral.

27 de maio de 2015. — A Subdiretora-Geral, *Cristina Lourenço*.
308683763

Aviso n.º 13843/2015

Faz-se público, nos termos e para efeitos do n.º 3 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 88/90, de 16 de março e do n.º 1 do Decreto-Lei n.º 181/70 de 28 de abril, que Argilis — Extração de Areias, S. A., requereu a atribuição de direitos de exploração de depósitos minerais de caulino, numa área «Cartaria», localizada no concelho de Pombal, distrito de Leiria, delimitada pela poligonal cujos vértices se indicam seguidamente, em